MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Governo Civil do Distrito de Bragança

Despacho n.º 10 371/2005 (2.ª série). — No uso da competência que me foi delegada pelo Ministro de Estado e da Administração Interna, nomeio para o cargo de adjunto do gabinete de apoio pessoal do governador civil do Distrito de Bragança Aquiles do Carmo Pereira.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 26 de Abril de 2005.

26 de Abril de 2005. — O Governador Civil, *Jorge Manuel Nogueiro Gomes*.

Despacho n.º 10 372/2005 (2.ª série). — No uso da competência que me foi delegada pelo Ministro de Estado e da Administração Interna, nomeio para o cargo de chefe do gabinete de apoio pessoal do governador civil do Distrito de Bragança o inspector superior da educação José Leonel Branco Afonso.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 26 de Abril de 2005.

26 de Abril de 2005. — O Governador Civil, *Jorge Manuel Nogueiro Gomes*.

Governo Civil do Distrito de Faro

Despacho n.º 10 373/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto na alínea *d*) do artigo 4.º-F do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, e dos artigos 35.º a 38.º do Código do Procedimento Administrativo, delego na chefe de secção, Maria Manuela da Conceição Elvas Ribeiro Salazar d'Eça, a minha competência para:

- a) Apreciar e despachar requerimentos de pedidos de passaportes e assinatura da correspondência relacionada com estes actos;
- b) Apreciar e despachar requerimentos a solicitar registos, autorizações e licenças da minha competência, não delegadas noutra entidade, emissão das mesmas, despacho e assinatura da respectiva correspondência;
- c) Autorizar angariações de receitas para fins de beneficência e assistência ou de investigação científica;
- d) Orientar a instrução de processos de contra-ordenação;
- e) Solicitar às autoridades policiais ou outros serviços públicos as diligências ou informações que repute necessárias ou convenientes;
- f) Ajuramentar agentes de fiscalização de empresas exploradoras de serviços públicos de transportes colectivos de passageiros;
- g) Despachar assuntos correntes ou de mero expediente e assinar a respectiva correspondência, bem como a correspondência necessária à mera instrução de processos e à execução de decisões proferidas nos mesmos;
- h) Despachar outros documentos, designadamente alvarás;
 - i) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;
 - j) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, bem como o exercício de funções em situação que dê lugar a reversão do vencimento de exercício e respectivo processamento;
 - l) Justificar ou injustificar faltas nos termos da lei;
 - m) Dar execução ao artigo 236.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;
 - n) Emitir o parecer previsto na Portaria n.º 192/96, de 30 de Maio;
 - o) Autorizar a passagem de certidões a que se refere o artigo 64.º, n.º 2, do Código do Procedimento Administrativo.

2 — Nos termos daquelas disposições legais autorizo a subdelegação das competências para os actos previstos nas alíneas *a*), *b*), *d*), *e*), *g*), *n*) e *o*) do n.º 1 do presente despacho, bem como a assinatura da correspondência da natureza corrente e daquela necessária à mera instrução de processos.

3 — Nos termos conjugados dos artigos 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, e 23.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, delego igualmente a minha competência para emissão de meios de pagamento na referida chefe de secção, Maria Manuela da Conceição Elvas Ribeiro Salazar d'Eça.

4 — Ratifico, nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos da minha competência praticados no âmbito dos poderes delegados pela chefe de secção.

22 de Abril de 2005. — O Governador Civil, *António Francisco Ventura Pina*.

Despacho n.º 10 374/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo da delegação de competências que me é concedida por despacho desta data, e tendo em conta o seu n.º 2, subdelego na assistente administrativa especialista Alexandrina Eugénia Pinto Nunes Pires Rosendo e, na ausência ou impedimento desta, na assistente administrativa especialista Ana Maria Pereira Mascarenhas Gordinho as competências nele referidas.

2 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, são ratificados todos os actos praticados no âmbito das matérias previstas no presente despacho até à data da sua publicação.

22 de Abril de 2005 — A Chefe de Secção, *Maria Manuela da Conceição Elvas Ribeiro Salazar d'Eça*.

Governo Civil do Distrito de Lisboa

Aviso n.º 4914/2005 (2.ª série). — Por despacho da governadora civil de 22 de Abril de 2005, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de Agosto, e do artigo 3.º da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto:

Graça Maria das Neves Contreiras — nomeada secretária do gabinete de apoio pessoal da governadora civil, com efeitos a partir de 6 de Abril de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Abril de 2005. — A Governadora Civil, *Adelaide Rocha*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso (extracto) n.º 4915/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade do pessoal da carreira de vigilância e segurança do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do Ministério da Administração Interna, referente a 31 de Dezembro de 2004 se encontra afixada para consulta.

Da referida lista cabe reclamação, a deduzir nos termos e prazos estabelecidos nos artigos 96.º e 98.º do citado decreto-lei.

28 de Abril de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Aviso (extracto) n.º 4916/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade do pessoal das carreiras de informática do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do Ministério da Administração Interna, referente a 31 de Dezembro de 2004 se encontra afixada para consulta.

Da referida lista cabe reclamação, a deduzir nos termos e prazos estabelecidos nos artigos 96.º e 98.º do citado decreto-lei.

28 de Abril de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Aviso (extracto) n.º 4917/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade do pessoal das carreiras do regime geral do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do Ministério da Administração Interna, referente a 31 de Dezembro de 2004 se encontra afixada para consulta.

Da referida lista cabe reclamação, a deduzir nos termos e prazos estabelecidos nos artigos 96.º e 98.º do citado decreto-lei.

28 de Abril de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Aviso (extracto) n.º 4918/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade do pessoal da carreira de apoio à investigação e fiscalização do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e

Fronteiras, do Ministério da Administração Interna, referente a 31 de Dezembro de 2004 se encontra afixada para consulta.

Da referida lista cabe reclamação, a deduzir nos termos e prazos estabelecidos nos artigos 96.º e 98.º do citado decreto-lei.

28 de Abril de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Aviso (extracto) n.º 4919/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade do pessoal da carreira de investigação e fiscalização do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do Ministério da Administração Interna, referente a 31 de Dezembro de 2004 se encontra afixada para consulta.

Da referida lista cabe reclamação, a deduzir nos termos e prazos estabelecidos nos artigos 96.º e 98.º do citado decreto-lei.

28 de Abril de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 10 375/2005 (2.ª série):

Ilza Maria Correia Madureira Constantino, assistente administrativa especialista do quadro único de vinculação do pessoal dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros — despacho de 25 de Fevereiro de 2005, nomeando-a, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, para o exercício efectivo das funções correspondentes à carreira técnica, após o que, e havendo parecer favorável da secretaria-geral, poderá ser provida definitivamente na categoria de técnica do mesmo quadro de pessoal. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Abril de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Despacho (extracto) n.º 10 376/2005 (2.ª série):

Maria Fernanda Geracina Carvalho Simões, técnica superior de 2.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal técnico superior, em regime de licença sem vencimento para exercício de funções em organismo internacional, para exercer funções na UNMISET em Timor-Leste — despacho do secretário-geral de 12 de Abril de 2005 autorizando a renovação da referida licença sem vencimento até ao dia 15 de Julho de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Abril de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento

Despacho n.º 10 377/2005 (2.ª série). — Nomeio a licenciada Maria Elisa Silva Saloio, assessora principal do quadro de pessoal do Departamento de Prospectiva e Planeamento, para desempenhar as funções de adjunta do meu Gabinete, ao abrigo dos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 Julho, sendo para o efeito requisitada àquele Departamento.

21 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Manuel Pedro da Cruz Baganha*.

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho n.º 10 378/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 15 de Abril de 2005:

Teresa do Céu Vieira da Luz Gonçalves, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas — nomeada definitivamente, precedendo concurso e obtida confirmação de declaração de cabimento orçamental da 3.ª

Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, assessora do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, indo ocupar o lugar deixado vago pela candidata classificada em 1.º lugar e que foi abatida à lista de classificação final dos candidatos ao concurso (quota externa) por desistência da mesma. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Abril de 2005. — A Directora-Geral, *Maria Ermelinda Carrachás*.

Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)

Aviso n.º 4920/2005 (2.ª série). — Concurso interno de acesso misto para provimento de 54 lugares da categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), aberto pelo aviso n.º 8442/2004, (2.ª série), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 199, de 24 de Agosto). — 1 — Nos termos do n.º 6 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que o projecto da lista de classificação final e acta que define os respectivos critérios relativos ao concurso em epígrafe se encontram afixados nas instalações desta Direcção-Geral, sitas na Praça de Alvalade, 8 e 18, em Lisboa.

2 — De acordo com o n.º 1 do citado artigo 38.º os interessados dispõem do prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso na 2.ª série, para dizerem, por escrito, o que se lhes oferecer sobre a classificação final e ordenação dos candidatos, podendo o processo de concurso ser consultado na Praça de Alvalade, 18, em Lisboa, na Direcção de Serviços de Administração desta Direcção-Geral, de segunda-feira a sexta-feira, das 10 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos, e das 14 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos.

29 de Abril de 2005. — O Presidente do Júri, *Eliseu Gonçalves Fernandes*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10 379/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego no Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Dr. Manuel Lobo Antunes, com faculdade de subdelegação, a competência para despachar todos os assuntos relativos aos seguintes órgãos e serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional, incluindo a autorização para a realização de despesas no âmbito dos respectivos orçamentos, nos termos definidos nos artigos 4.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho:

- a) Secretaria-Geral;
- b) Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar;
- c) O desenvolvimento de uma política integrada do Governo para os assuntos do mar, em articulação com os demais ministérios com intervenção neste domínio;
- d) Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental;
- e) Autoridade Marítima Nacional;
- f) Cruz Vermelha Portuguesa;
- g) Acompanhamento da Agência Europeia de Segurança Marítima, em articulação com o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- h) A competência relativa à definição das orientações estratégicas do Instituto Hidrográfico, bem como o acompanhamento da sua execução em articulação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- i) Participar, em articulação com os Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, na definição das orientações estratégicas do Instituto Português dos Transportes Marítimos, bem como no acompanhamento da sua execução;
- j) Participar, em articulação com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, na definição das orientações estratégicas das entidades do sector empresarial do Estado com atribuições no domínio da administração dos portos, bem como no acompanhamento da sua execução;